



Anuário Antropológico

E-ISSN: 2357-738X

revista.anuario.antropologico@gmail.com

Universidade de Brasília

Brasil

Dainese, Grazielle

Chegar à Terceira Margem: um caso de prosa, paixões e maldade

Anuário Antropológico, vol. 40, núm. 1, 2015, pp. 232-255

Universidade de Brasília

Brasília, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=599866430010>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto



Anuário Antropológico

I | 2015
2014/I

Chegar à Terceira Margem : um caso de prosa, paixões e maldade

Grazielle Dainese



Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/aa/1537>

DOI: 10.4000/aa.1537

ISSN: 2357-738X

Editora

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (UnB)

Edição impressa

Data de publicação: 1 julho 2015

Paginação: 233-255

ISSN: 0102-4302

Referência eletrónica

Grazielle Dainese, « Chegar à Terceira Margem : um caso de prosa, paixões e maldade », *Anuário Antropológico* [Online], I | 2015, posto online no dia 01 junho 2018, consultado no dia 23 setembro 2019. URL : <http://journals.openedition.org/aa/1537> ; DOI : 10.4000/aa.1537

Chegar à Terceira Margem: um caso de prosa, paixões e maldade

Grazielle Dainese
UFRJ

Atividade rotineira e prazerosa, a “prosa” atrai os moradores da localidade Terceira Margem, algo que se nota na valorização da “boa prosa” e no que isso traduz, ou seja, a celebração do viver junto. Do rápido cumprimento feito àquele que se encontra ao parlatório cultivado nas casas, a fala se desdobra em diversas narrativas: “conversar”, “prosear”, “contar causo”, “falar dos outros”, “não falar”, “chamar na conversa”. Desse modo, quem sabe conduzir a prosa é reconhecido pela habilidade. “Boa de prosa” é a pessoa que conhece a arte de prolongar o encontro por meio das palavras, seja com as novidades que anuncia, seja com antigas histórias, que ganham o interesse de quem ouve menos pelo ineditismo e mais pela forma como são contadas.*

A atenção às palavras, sua circulação e o que as faz circular são questões prementes para os margeenses. E isso se dá não porque todos almejam ter habilidade como contadores de causo ou ser reconhecidos como “bons de prosa”; na Terceira Margem, a prosa é tanto condição quanto termômetro para o relacionar. É nas casas que a troca de palavras se estende, por ser acompanhada pela interrupção do trabalho e pela oferta da comida. Quando a conversa acompanha toda a “cerimônia” da visita, é porque a troca de palavras foi eficaz ao conectar pessoas: nesses momentos em que a prosa “combina”, cria-se a intimidade necessária às relações entre parentes e conhecidos.

Mas aquilo que cria vínculos, também pode desestabilizá-los. Como veremos ao longo deste texto, um dos exemplos dessa potencialidade da fala é o “pouco caso”, tal como se define a indiferença sinalizada pela ausência das palavras: a falta de cumprimento no momento de um encontro, além de sinalizar ruídos na relação, pode potencializar a ruptura que está à espreita. Num lugar onde se valoriza a união e a harmonia, saber conversar é, sobretudo, saber conviver.

Baseado nas condições que possibilitaram minha convivência entre os moradores dessa localidade, este artigo parte dos caminhos que percorri com o objetivo de conhecer as experiências daqueles que ali moram. Dessa condições, destaco a vivência de um acontecimento que, a princípio, poderia colocar em risco minha permanência na comunidade. Algo que só não aconteceu porque três mulheres Quirina, Idalina e Leocádia, ao ouvirem de minha boca o fato de que

tinha sido acusada por outra moradora da comunidade de ter relações afetivas (um “caso”) com seu marido, dosaram minha preocupação inicial. Assim como eu, essas mulheres estavam preocupadas com minha convivência com os outros moradores a partir do momento em que o “caso” se disseminou pelas casas e ruas da localidade. No entanto, diferente de mim, elas sabiam que desses “casos” havia muitos causos e que, tomando novos rumos, as palavras (reforçadas pelos comportamentos que elas criam e sugerem) ajudam a desfazer (ou ao menos a modular) suas próprias criações, até as mais malfazejas.

Da relação com essas três mulheres, surgiram os conselhos e as lembranças sobre situações semelhantes que elas ou pessoas que conheciam tinham vivido. Dos conselhos orientados segundo a observação que aquela situação suscitava à memória, elas me contavam sobre as relações entre próximos (parentes, vizinhos, conhecidos, homens e mulheres daquele lugar) e de como estas relações se efetuavam com base nas conversas e em outras trocas de palavras. Das efetuações mais significativas, destacam-se os “desentendimentos”, situações de conflitos que se apresentavam constrangedoras àqueles que fundamentavam sua convivência na proximidade e na ajuda mútua. Desentender-se é coisa comum entre os mais chegados, no entanto, é por bem da própria intimidade que, para tais acontecimentos, haja “controle”. Como será descrito ao longo deste trabalho, o incidente vivido por mim na localidade era pleno de “desentendimento”, uma situação em que se o “controle” é de prata, as palavras são de ouro.

Neste artigo, a tradução etnográfica que fiz sobre a vida na Terceira Margem segue acontecimentos relacionados à minha vida nesse lugar no intuito de problematizar o que os margeenses tinham a me dizer sobre suas vidas. Do que foi vivido nessa localidade, a “prosa” surge como prática fundamental seja para estreitar os vínculos propiciados pela proximidade geográfica, consanguinidade e afinidade, seja para colocar em questão esses mesmos vínculos. Partindo de um “caso” criado e fomentado pela “falação”, foco as medidas que essas mulheres e eu observamos naqueles dias de trabalho de campo a fim de etnografar as conversas e outras práticas que encontram centralidade no uso das palavras, tendo em vista, principalmente, as situações em que as relações mais íntimas tomam rumos conflitantes e tortuosos.

Chegar à Terceira Margem

“Você vive por aí visitando, o povo faz gosto de gente que chega, que proseia. Mas toma cuidado com as conversas! Tem gente que gosta de falar e, quando você encontrar gente assim, tem que cuidar pra não falar também.” Foi assim que Liduína, minha anfitriã na Terceira Margem, me recebeu na ocasião em que

me mudei para a localidade. Após meses seguindo o rastro dessa margeense pelas casas dos outros moradores, conheci e me fiz conhecida de seus parentes e outras pessoas próximas, a ponto de um deles me oferecer sua casa, para que eu ali permanecesse ao longo da semana. Foi Leocádia, irmã do cunhado de Liduína, que fez a oferta, mencionando o vazio daquele espaço na maior parte dos dias, já que ela morava em Várzea do Andrequicé e vinha para a Terceira Margem durante uns poucos finais de semana. Com o objetivo de viver o cotidiano de um morador daquela localidade, prontamente aceitei sua sugestão de ocupar o lugar nos períodos de sua ausência.

O conselho de Liduína no momento de minha chegada como moradora, reafirma as condições que me permitiram estar ali: demonstrando gosto e dedicação a esse hábito cultivado pelas pessoas, minhas constantes “visitas” possibilitaram a convivência que agora eu insistia em estreitar. A proximidade das casas facilita o contato entre os moradores dessa comunidade, e esse contato parece ser afirmado pela própria geografia do lugar. Situada na região do Alto Paranaíba, no estado de Minas Gerais, Terceira Margem é uma das vinte localidades rurais que circunscrevem o diminuto núcleo urbano de Santa Abadia do Pradinho. A relativa proximidade desse núcleo urbano permite aos moradores da localidade transitar da cidade para a roça, assim como receber os chegantes desse e de outros destinos. Por sua vez, a organização geográfica local, marcada pelas casas que circulam a praça e pelas fazendas que se espalham nos campos adjacentes, reforça a ideia de uma vida gregária, bastante valorizada pelos margeenses e cultivada na movimentação constante das pessoas por esse espaço. Na praça, a capela e o cruzeiro e o único comércio ali instalado um boteco formam uma espécie de centro que chama à convivência, principalmente nas constantes festas e celebrações religiosas.

É por meio desse ir e vir, vivido particularmente nas casas uns dos outros, que os margeenses qualificam suas relações: tornam-se “conhecidos”, dizem. E esses encontros ganham particularidade adiante de tantos outros contatos que os moradores estabelecem com o mundo. Pois há encontros diversos nesta existência, seja com aqueles que ali chegam “de fora”, durante a política, seja com quem se trocam apenas olhares rápidos pelas ruas da cidade, em conversas mais espaçadas com os técnicos da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) e nas andanças pelo mundo afora. Quando o fluxo de pessoas se estabiliza nas casas, principalmente nas cozinhas, é que há possibilidade de o estrangeiro se transformar em conhecido e de o conhecido se tornar “como se fosse parente”.

A dinâmica das chegadas pressupõe que se tornar conhecido e até mesmo parente é uma condição em aberto, criada pelo exercício da hospitalidade. À

maneira como observou Redfield (1964) sobre a importância dos rituais de adoção na criação do pertencimento entre a comunidade e seus integrantes mais recentes, os margeenses valorizam as relações que se estabelecem por meio da “visita”. De modo que essa prática ao orientar a chegada e a recepção ao desconhecido, também pode gerar a permanência que possibilita um vínculo mais estreito. No entanto, na Terceira Margem, a “visita” não é uma prática que orienta apenas a relação com o estrangeiro, pois também conecta aqueles relacionados pela proximidade geográfica e pelos laços de consanguinidade e afinidade. Essa dimensão do visitar aproxima-se daquela retratada por Wagley, em seu estudo sobre Itá (1977). Segundo o autor, tal prática refere-se às relações internas à comunidade. Para tanto, a dinâmica da visita é destacada como um aspecto importante das relações de compadrio. Apresentado como uma possibilidade de alargar o círculo de relações pessoais, o compadrio depende de alguns fatores fundamentais para que essas relações possam se estreitar: as visitas que os afilhados fazem aos padrinhos é um deles.

Localizada em uma casa da comunidade, eu estava geograficamente mais próxima, situação que me favorecia o contato com os vizinhos. No entanto, se a proximidade geográfica cria os vizinhos, não é ela que os torna conhecidos, pois, para tanto, importa a maneira como tecem a proximidade social. Nesses lugares, a proximidade geográfica é valorizada, na medida em que proporciona um circuito particular de interação, orientado pela “visita” e pela “ajuda”. A partir do momento em que fui morar na localidade, a proximidade proporcionada pelo habitar também me possibilitou participar mais intensamente desses circuitos.

Justamente por isso, eu deveria saber que essas relações frequentemente seguem rumos diferentes daqueles vividos entre os moradores e seus visitantes. Visitando, a pessoa é alvo da “cerimônia”, posta em curso quando se trata de “receber bem”. A oferta de café, de comida e de assento e o descanso do trabalho são atitudes anfitriãs, que sinalizam um encontro mais demorado e, para tanto, demandam que os presentes tenham assunto para sustentá-lo. É que a visita demanda a prosa e a prosa estende o visitar, de modo a criar intimidade entre as pessoas, transformar a relação a ponto de se tornarem mais conhecidas.

A “cerimônia” dá curso à prosa, no sentido de criar as condições para provocá-la, estendê-la, matizá-la com elementos vários, visto que às vezes ela própria deve ser motivo de assunto: elogiar o alimento recebido, o talento da dona da casa na cozinha e o esmero da oferta é atitude esperada de quem chega. Nas situações em que a conversa segue longa, numa toada sem mal-entendidos, sem silêncios, esse é o anúncio de uma afinidade, um sinal de que a combinação assim criada pode se tornar mais intensa, mais contínua.

Como moradora, eu teria outras possibilidades de convivência, e isso também me assinalava Liduína, afirmando que o bom da vida é poder chegar, poder estar junto para o prosear — afirmação que continha uma ressalva, pois o que é bom demanda jeito, requer saber. Liduína me dizia que conviver é bom, mas é preciso atenção. O cuidado aconselhado sinalizava a dedicação necessária ao contato mais familiarizado. Entre parentes e conhecidos, não há “cerimônia”, reconhecem os moradores da Terceira Margem. Quem muito se visita pode, aos poucos, deixá-la de lado. Principalmente entre vizinhos, as chegadas constantes às casas podem prescindir do intervalo criado pela parada no trabalho e pela oferta do alimento. Isso não significa que a presença seja menos notável. Ao passo que se chega e que se recebe, as formalidades do “visitar” podem se tornar mais sutis e, nesses casos, a sutileza traduz pressupostos particulares a esses encontros.

É próximo quem visita; porém, alguém mais próximo não faz visita, aparece de outro modo. Sua presença é andar, chegar às casas. O “visitar”, apesar de sintetizar a dinâmica da hospitalidade, não traduz todas as chegadas, visto que a troca constante de recepção e presença modula a própria forma de receber e de se fazer presente. Quem constantemente “faz visita” muito provavelmente deixa de ser “visita”, visto que o contato assim cultivado proporciona a modulação da proximidade e da distância entre as pessoas. Não se trata de estabelecer uma proximidade cada vez mais estreita, mas sim de transformar constantemente o próprio encontro, segundo essa dinâmica do contato vivido nas casas.

Mas, mesmo no contexto em que o ir e vir dos mais próximos não exige todos os meandros observados entre quem se quer conhecer, a troca de palavras não deixa de ser uma maneira de qualificar o contato. Quando as palavras já não precisam de “cerimônia” para se reproduzirem, ou seja, quando a conversa já começa no gritar pelo dono da casa (“ô de casa”), é porque essa relação se estreitou no constante prosear. Entre os mais chegados, a palavra deve circular constantemente, pois os margeenses abominam a indiferença. Nas ruas das localidades e da cidade, bem como nas capelas, o encontro com o próximo pressupõe, ao menos, a troca do cumprimento que assinala o reconhecimento da existência de cada um. A falta do cumprimento explicita uma disposição ao “pouco-caso”. Essa é uma maneira homeopática de cultivar a distância, pois é sabido que tal atitude, dada a frequência, pode afastar as pessoas. Também pode acontecer de esse silêncio circunstancial explicitar as tensões da convivência: torna-se indício de que algo não vai bem na relação. E, assim, transforma-se em preocupação para quem é alvo dele, pois frequentemente as pessoas tentam entender o porquê do descaso. Em um contexto no qual a união e a harmonia são valores que devem ser constantemente afirmados, o “pouco-caso” é uma disposição nada meritória.

Ainda atentos ao conselho de Liduína, percebe-se que dedicação também é precaução. Liduína chama à atenção: “tem gente que gosta de falar e, quando você encontrar gente assim, tem que cuidar pra não falar também”. A anfitriã refere-se aos outros moradores e aos rumos que a conversa pode tomar quando a convivência se cria em vizinhança. Nesse sentido, demonstrar habilidade com as palavras não consiste apenas num requisito para ser reputado como “bom de prosa” ou, ao menos, para não ser reconhecido como alguém dado à indiferença (“pouco-caso”). Afinal, a fala, para os moradores da Terceira Margem, detém outras propriedades.

Do que o povo fala

Os margeenses reconhecem que, sob o pretexto de uma conversa amena, é possível que alguém se faça presente em uma casa com o propósito de comentar situações que frequentemente devem ser restritas a determinados ambientes, transformando assim qualquer encontro em oportunidade para “falação”. Nas situações em que a visita se fazia motivada pela necessidade de comentar a vida do vizinho, era comum alguém dizer: “chegou aqui com aquela fala mansa”. Um “fala mansa” sempre faz da conversa uma oportunidade para se dedicar à “falação”. Isso acontece quando se tematiza o que se passa entre os moradores da localidade.

É certo que, devido à proximidade geográfica, nem sempre tais acontecimentos necessitam de divulgadores, visto que podem ser observados diretamente. Mas essa proximidade não diminui o trânsito de crianças e adultos pelas ruas e casas, cuja constância traz as novidades observadas na comunidade. Tratar de acontecimentos relacionados aos outros moradores não deixa de ser um hábito que motiva as chegadas tão valorizadas nesse contexto social. À semelhança do que Norbert Elias e John Scotson (2000) descreveram para a comunidade Winston Parva, na Terceira Margem, ainda que criticadas, as fofocas tornam os encontros mais interessantes. Sem elas, a vida perde “muito do seu tempero” (Elias & Scotson, 2000:122).

A troca de palavras é pouco dada à estabilidade. Sabendo disso, as pessoas nem sempre estão preocupadas em qualificar a fala como fofoca ou boa prosa. Mas há situações que fazem com que o reconhecimento dessa característica seja algo tão imperativo, a ponto de exigir que as pessoas observem zelosamente o que vão falar. É o que acontece quando os inoportunos “desentendimentos” estão à espreita.

A valorização de momentos nos quais “tudo está controlado” e/ou de uma vida que “segue controlada” explicita uma tendência em esconjurar o que pode

desestabilizar a existência. Dessas desestabilizações, os conflitos vividos entre parentes e conhecidos destacam-se como mais preocupantes. “Desentendimentos”, como os margeenses definem as tensões explicitadas, são eventos malfazejos, visto que trazem “sofrimento” para as pessoas. Viver em desentendimento também preconiza uma possibilidade de ruptura da vida coletiva, uma desestabilização radical demais para que possa ser aventada por qualquer morador: um “desentendimento” contínuo traz sofrimento justamente porque, sob seu jugo, a existência torna-se sem graça, por vezes, insuportável. “Viver longe do meu povo”, algo que ocorre devido às mudanças geográficas, é um fardo do qual se queixam os margeenses. Quando essa distância é criação de um “desentendimento”, ou seja, quando as pessoas se afastam por conta de algum conflito, o “sofrimento” pode ser ainda maior, pois explica a capacidade de cada um de estabelecer as condições que o fazem padecer.

Tamanha preocupação com os “desentendimentos” também indica que se trata de acontecimentos constantes, mais do que as pessoas desejariam que o fossem. Mas o que é notável à existência do conflito, tal como é vivido pelos moradores da Terceira Margem, é a necessidade de viver uma vida marcada pela autodisciplina e pelo cuidado dedicado ao relacionar. “Ter controle” é expressão recorrente entre os margeenses, e uma de suas traduções possíveis diz respeito a esse entendimento de que, assim como há comportamentos que criam desacordos, há atitudes que visam se furtar às dissensões mais radicais. Logo, não se trata de uma vida que se faz sem conflito, pois mais importante do que evitar divisões e distanciamentos é o conhecimento que cada um aciona nessa vivência, de modo a evitar que as tensões se reproduzam continuamente.

Se a moradia em uma casa na Terceira Margem significava um maior contato com os outros moradores, tal intimidade também possibilitava conhecer as tensões ali existentes. Considerando que esse morar era em casa de Leocádia, eu entrava na localidade já participando de um dos desacordos mais perenes ali vividos. Trata-se do “desentendimento” entre Leocádia e sua cunhada, a Nenha, esposa de Seu Domingos e irmã de Liduína. Desde seu casamento com Domingos, Nenha misteriosamente rompera relações com Leocádia, sua mãe e suas irmãs, permanecendo em silêncio sobre o motivo que a levou a não mais se relacionar com os parentes do marido. Foi a própria Leocádia que achou por bem me contar sobre a discordância entre ela e a cunhada. Tendo em vista que foi Nenha quem se afastou e nunca mais trocou palavra com sogra e cunhadas, Leocádia me recomendava não falar sobre ela, tampouco sobre o acontecimento, em presença de Nenha.

Em razão desse cadinho de tensões difusas e explícitas, não era por menos que Liduína se preocupava com a fala. O conhecimento de minha anfitriã sobre o bom convívio enfatizava que, tão importante quanto ter precauções com o falar, era o fato de não dar o que falar. Por isso, suas orientações sobre o viver na localidade, além daquelas relacionadas à participação nas conversas afeitas à “falação”, versavam sobre outras particularidades de minha presença ali: sendo solteira e morando sozinha, eu fazia por bem não receber homens em minha casa. “Em casa de mulher sozinha, homem não entra, o povo fala”, disse-me a moradora. Ainda que tenha mencionado um ou dois moradores mais inconvenientes, ela se preocupava mesmo era com seu cunhado, o irmão de Leocádia. Acostumado a cuidar da casa na ausência dessa moradora, Seu Domingos deveria mudar os hábitos devido a minha presença ali. Desconfiando da atenção masculina a essas sutilezas que as mulheres aprendem a respeitar desde criança, Liduína sempre acompanhava o cunhado quando este resolvia chegar até a casa, seja para cuidar da horta, seja para prosear com a nova moradora.

Da série de atitudes e comportamentos mais afeitos à “falação”, destaca-se a observação das medidas de proximidade e distância entre os gêneros. Pais e filhas, irmãos e irmãs estão acostumados a permanecer juntos em casa mesmo na ausência das mães. No entanto, no que tange à presença de um homem que não mora na casa, as “meninas” são orientadas a recebê-los à maneira da “gente de fora”: à porta da sala. Quem chega também deve anunciar a presença e aguardar a recepção de quem se encontra em casa — atitude que todo conhecido faz por bem observar, de modo que, sabendo que não há homem na casa, o comum é que o homem que chega se anuncie à porta ou, quando mais conhecido, que a chegada se faça acompanhada do aviso: “ô de casa”. Essas situações correspondem não apenas ao contato com as “meninas”, mas a toda ocasião na qual a ausência masculina se soma à presença feminina. Nesse contexto, quando um “conhecido” chega a uma casa, a avaliação sobre tal ato pode pontuar sua responsabilidade em ter chegado num momento e de uma forma inadequados. Todavia, também não se desconsidera a atuação feminina na modulação da presença. É algo que uma “mãe de família” deve ensinar à filha “menina” e que, ao se tornar adulta, a mulher deve observar.

Difícil era seguir tantos conselhos quando o próprio ofício exigia de mim a busca constante pelas conversas, bem como a proximidade dos homens e do universo masculino, como a política. Tendo em vista que cheguei à localidade acompanhada por políticos e interessada em saber sobre o tema, não foram poucas as vezes em que fui associada à política e aos seus acontecimentos. Vinculada à divisão, a política é feita de “partidarismos” que arriscam as relações

de parentesco e amizade. Além disso, é na política que os comportamentos humanos são dominados pelas “paixões” e pelo “interesse”, forças que levam aos “desentendimentos” e das quais voltarei a falar ao longo do texto. Embora “política” não seja exclusividade dos homens, dado que as mulheres também participam dessas atividades, é notável a associação entre tais práticas e o universo masculino.

Por todas essas coisas e por muitas outras que escapam ao meu entendimento, poucas semanas depois da minha vinda como moradora, todas as preocupações de Liduína se concretizaram quando, numa visita à casa de Nenha, essa mãe de família aproveitou a ocasião para me “chamar na conversa”.

Criações da conversa

Nenha me “chamou na conversa” explicitando um desconforto que há tempos guardava para si: pessoas vinham até sua casa dizer que eu estava tendo um “caso” com seu marido. Apesar de ter ficado em silêncio por muito tempo, a moradora me disse que não via mais sentido em assim proceder, uma vez que toda a comunidade já estava sabendo do assunto. Ainda que eu tenha argumentado sobre o absurdo daquela situação, a moradora se demonstrava menos interessada em ouvir meu ponto de vista e mais preocupada em fazer com que a “falação” deixasse de entrar em sua casa.

O interesse em não dar continuidade à “falação” também deveria ser meu, algo que foi assinalado não apenas por Nenha, mas também pelas mulheres que ouviram meus relatos após o ocorrido. Considerando que todos os envolvidos diretamente no disse-me-disse eram pessoas muito próximas (gente da mesma família) e que essa tinha sido justamente a família que me recebeu na localidade, aos meus olhos, a situação se encaminhava para minha despedida do local. Mas, mesmo que o acontecido sugerisse que se tinha configurado um “desentendimento”, Idalina e Quirina (mulheres que, assim como minha primeira anfitriã, Liduína, tornaram-se muito próximas de mim ao longo da pesquisa) argumentavam que a ausência apenas confirmaria o que a fofoca suspeitava. O melhor era permanecer no local e “ter controle”.

“Chamar na conversa” refere-se a uma modalidade de diálogo que já nasce tensa, porque visa trazer à tona assuntos capazes de pôr em risco qualquer relação. Entretanto, se durante uma conversação como essa a tensão pode se distender, ainda é possível administrá-la sem causar grandes rupturas. Muito piores são os atos de violência, recriminados, mas vivenciados por mulheres da localidade que “perdem a cabeça” e enfrentam sua possível adversária — não com palavras, mas

com socos ou puxões de cabelo. As mulheres reconheciam: ao manter a conversa a sós, Nenha tinha “tido controle”.

Apesar de o “chamar na conversa” ter evitado a violência, isso não significava que eu estaria livre de outras consequências desabonadoras. As mulheres argumentavam que, após aquela conversa com Nenha, certamente um ou outro conhecido se afastaria de mim. Além da própria Nenha e de sua filha Geni, Maria Alexandrina, filha de Liduína, foi dessas pessoas que passaram a me tratar com certa displicênciia. Dado que o distanciamento de relações constantemente cultivadas é um motivo de lamento para os margeenses (isso sem falar na reputação pouco honrosa que as fofocas atribuíam a mim), as mulheres se preocupavam com o meu “sofrimento”. No entanto, tal reconhecimento estendia-se também à Nenha, pois todas elas sabiam como é o “sofrimento” criado por uma “falação”. De modo que, quando uma “mãe de família” “chama na conversa”, esse é um sinal de dedicação às suas relações: diziam as mulheres que Nenha deveria estar preocupada com o próprio casamento ao afirmar que não queria aquela “falação”.

De todo modo, o “desentendimento” entre Nenha e mim tinha sido criado e dele já se ouvia falar nas casas de outros moradores. Nesses momentos, tornava-se mais imperativo o conselho de Liduína sobre as precauções. Entre elas, deixar a casa de Leocádia e voltar a fazer visita foi uma das possibilidades aventadas para que eu permanecesse no lugar. Essa seria uma forma de me manter mais distante de Seu Domingos, mas também dos outros moradores, a fim de que tanto eu quanto as mulheres que se mantiveram próximas a mim pudéssemos avaliar o rumo que os acontecimentos tomariam ao longo dos dias.

Nesse sentido, apesar de me aconselharem a não me afastar da Terceira Margem, também foi significativa a atenção de minhas vizinhas às modulações da presença. Pois retornar à localidade como “visita” era uma forma de não me distanciar, mas por outro lado não me manter muito próxima. Essa condição também era propícia às minhas conhecidas, visto que elas pouco sabiam as consequências que o incidente teria sobre suas relações. Ainda que muitas dissessem que não deixariam de conversar comigo, mesmo se Nenha delas se afastasse, era com preocupação que notavam um ou outro sinal de indiferença vindo daqueles que se afastaram de mim após o “chamar na conversa”. Embora nem sempre sinalizassem a ruptura, é fato que esses indícios sugeriam a possibilidade de isso acontecer a qualquer momento.

Outros comportamentos destacavam-se como propícios a evitar que as dissensões se intensificassem. Dos conselhos sugeridos pelas moradoras, um era o “não tocar no assunto”, a fim de evitar que as palavras potencializassem o “desentendimento”. Nas chegadas que me ajudariam a manter relações com

as pessoas, eu deveria ter cuidado com os assuntos tematizados. Em certos encontros, principalmente naqueles em que alguém desconsiderasse a boa conduta e falasse sobre o ocorrido em casa de Nenha, orientavam-me a não estender o tema, desconversando-o. Para definir essa maneira de lidar com um “fala mansa”, as moradoras explicavam: “faz por bem falar e não falar”. Nas situações mais difíceis de fazê-lo, poderia até mesmo ficar em silêncio ou expressar uma frase solta, que, aparentemente sem sentido, não o era para aquele que me provocava à conversa. Aprendi essas maneiras observando-as em seus próprios momentos, alguns mais, outros menos imperativos no que tange ao “falar e não falar”, a exemplo de uma festa de aniversário na qual abordei Quirina sobre o paradeiro de um livro de fotos que eu tinha emprestado a sua vizinha. Após um breve silêncio, ela me respondeu: “aquele livro é muito bom, todo mundo quer olhar”. Desorientei-me com o absurdo da resposta. Meu estranhamento baseava-se no fato de que, dias antes, essa mesma moradora tinha vindo me falar que eu não deveria ter emprestado o livro para sua vizinha. Todavia, num contexto em que a “falação” cultivou um “desentendimento” e num momento em que várias pessoas nos acompanhavam, minha abordagem desconsiderou os perigos provindos das palavras mal colocadas. Nessa hora, minha interlocutora não titubeou em desconversar: na evitação da resposta a minha pergunta, lançou o comentário genérico sobre o interesse das pessoas no livro.

Fazer maldade

No contexto de um “desentendimento” associado à “falação”, a atenção às conversas foi central no mapeamento dos possíveis fatores relacionados à situação que vivíamos naquele momento. As recomendações de Quirina, Idalina, Leocádia e Liduína destacam a capacidade criativa da fala. Assim como se entende que a conversa pode promover proximidade e união, reconhece-se que “desentendimentos” surgem das conversas.

Sobre essas possibilidades, os moradores não desconsideraram o uso que algumas pessoas podem fazer desse hábito tão valorizado, ao acioná-lo na criação dos “desentendimentos”. Haja vista a série de atos que se sustentam na conversa, mas que subvertem seu poder de aproximação, à medida que são concebidos como fatores de distância: a “falação”, o “chamar na conversa”, bem como o “tocar no assunto”. Essas práticas sugerem o uso malfazejo que se pode fazer da fofoca para atingir as pessoas. Nesses casos, a função da “falação” assemelha-se ao que foi observado por outros pesquisadores, em contextos sociais bastante diversos — a exemplo do que retratou Fonseca (2004) sobre os moradores de uma vila

da periferia de Porto Alegre, assim como descreveu Campbell (1964) sobre os pastores gregos (os Sarakatsani).¹

A proximidade entre Seu Domingos e mim, quando tematizada nas casas, poderia muito bem ser entendida como essas conversas que se fazem com o objetivo de entreter. Porém, para as moradoras, quando as chegadas visavam reproduzir esse assunto na casa de Nenha, a conversa dificilmente tinha como objetivo o entretenimento. Por isso, mesmo que a “falação” já corresse as casas da comunidade através das várias presenças que comentavam o suposto caso entre Seu Domingos e mim, para Quirina e minhas outras conhecidas, o responsável pela “falação” era quem tinha chegado à casa de Nenha e lhe falado da história. As moradoras argumentavam: “isso daí é a inveja da pessoa que foi lá na casa dela”.

A fala, ao reproduzir um assunto reconhecido como capaz de criar “desentendimento” àquele que nele está envolvido, é identificada com o “fazer maldade”. Entende-se que essa fala seja suscitada pela “inveja”, que tem o potencial de provocar outras “paixões” desencadeadoras de “desentendimentos”, como o “ciúme”. Assim, a inveja promove o infortúnio, pois favorece a emergência de um estado intranquilo e difuso chamado desconfiança, bem como o distanciamento entre as pessoas. Nesse sentido, além de provocar ânimos, a fala é vetor de afetos escusos.

É preciso entender que, para os moradores da Terceira Margem, há forças que participam da existência, e suas manifestações podem provocar dissensões. Trata-se das “paixões”. Há contextos da vida social, como a política, nos quais essas forças encontram condições favoráveis de se alastrarem. Além do “partidarismo” que transforma o contexto social (“na política, tem que ter lado”), premissa que orienta as reordenações de pertencimentos sociais, desconfigurando e reconfigurando coletivos), os comportamentos são transformados porque a política se atualiza como influência: “a política é paixão”. Por conta disso, durante as campanhas eleitorais municipais, os comportamentos se transformam, e até mesmo os moradores mais dedicados às relações entre parentes e conhecidos podem sucumbir a essa “paixão” e dar curso às “provocações” que tanto afastam os mais chegados.

Mas a vida talvez fosse mais tranquila se existisse apenas a política. As potências desestabilizadoras não concernem apenas ao “partidarismo” e seus princípios, visto que a existência dos “lados” não é uma prerrogativa de apenas uma atividade ou de um contexto da vida social. As pessoas também são compostas por “lados”: o “lado bom” e o “lado não tão bom”. Transmitidos pelo sangue e regidos pela influência das paixões, os lados manifestam-se na vida cotidiana, por

meio de atitudes e comportamentos. Desentendimentos podem ser criados por comportamentos que correspondem à manifestação do lado não tão bom.

A *paixão* que se manifesta nas campanhas eleitorais municipais e a *paixão* que se expressa no dia a dia se assemelham na maneira como influenciam a vida pessoal e coletiva. Para além do contexto das campanhas eleitorais, o termo “política” deixa de ser sinônimo de *paixão* e especifica-se em outros nomes: “inveja”, “ciúme” e “ambição”. Embora mude de nome, sua manifestação no mundo é similar ao que se observa nos contextos políticos, pois reflete a alteração de comportamentos e atitudes individuais e tem efeito sobre a vida coletiva: dotadas de agência, as paixões fazem fazer coisas (Latour, 2002), motivando provocações, “desentendimentos”.

Os margeenses reconhecem que as paixões são influências perenes sobre os comportamentos, e por isso podem se manifestar nos contextos mais valorizados da convivência. Pois, assim como há pessoas mais reconhecidas pelas vezes em que foram dominadas pelos próprios afetos, reconhecem-se pessoas que fazem uso de suas propensões a fim de criar “sofrimentos” alheios. Tal reputação denota uma habilidade da pessoa em se dedicar às atitudes reconhecidamente propícias à disseminação de acontecimentos desafortunados, a exemplo dos “desentendimentos”. Dessas atitudes, são exemplares as chegadas que se fazem no intuito de falar sobre acontecimentos que podem também influenciar a vida daquele que ouve. Nesses momentos, está em questão a fala que pretende suscitar no ouvinte a “desconfiança”, os “ciúmes” e outros afetos com o potencial de distanciá-lo das pessoas.

Da centralidade das conversas na feitura da “maldade”, destaca-se a semelhança com o que Favret-Saada (1977), em pesquisa realizada no Bocage Francês, descreveu em relação ao sistema de feitiçaria. Ainda que na Terceira Margem eu não tenha ouvido menções a feitiços e/ou feiticeiros, assim como os camponeses do Bocage, os margeenses não desconsideraram que a fala possa atualizar o mal. No Bocage Francês, a fala pronunciada numa situação de crise será identificada pelo desenfeitiçador como o mote da repetição de um mau feiticeiro. Em um contexto mais próximo ao que retrato neste trabalho, Carneiro menciona, sobre uma localidade rural do Norte de Minas Gerais, a associação da conversa aos efeitos desabonadores, afinal, “determinadas palavras são [o] ‘mesmo que dar veneno’” (2010:103).

Devido à existência dos afetos escusos (as “paixões”), qualquer um pode “fazer maldade”. No entanto, é preciso considerar que, assim como há pessoas que evitam tratar de determinados assuntos, como afirmei acima, há aquelas mais propensas a chegar às casas dos outros no intuito de motivar conversas cujo efeito pode ser pernicioso sobre quem as recebe. Embora Quirina e Idalina afirmassem

que não sabiam da “falação” sobre o suposto caso vivenciado entre Seu Domingos e mim, com o passar dos dias, Quirina reconheceu que sabia que a “falação” corria às casas. Espantada, perguntei por que ela não tinha me avisado antes de Nenha me “chamar na conversa”. E Quirina respondeu: “eu não ouvi da boca da Nenha, não tinha ouvido ainda da sua boca, pra evitar desentendimento, eu não ia ser a primeira a tocar no assunto”. Ao silenciar, tanto para mim quanto para Nenha, sobre o que a “falação” tematizava nas casas, seu intuito era evitar que ela mesma fizesse a maldade das menções descabidas. Mesmo após suscitado o “desentendimento”, a moradora achou por bem esperar que eu lhe contasse. A partir daí, sentiu-se à vontade para falar sobre o que já sabia muito antes de o “chamar na conversa” ocorrer.

Aqui resgato novamente o trabalho de Favret-Saada (1977) para marcar semelhanças e diferenças entre sistemas nos quais a fala atualiza o mal: enquanto, no Bocage Francês, a fala pronunciada numa situação de crise será identificada pelo desenfeitiçador como o mote da repetição de um mau feiticeiro, na Terceira Margem, a fala, ao reproduzir um assunto tão pleno em “desentendimentos” para quem nele está envolvido, pode ser identificada com a maldade em ato. Por conta disso, o sistema da fofoca menos perniciosa segue o terceiro: alguém perto, mas longe o bastante do assunto a ponto de não ser envolvido. Para que o “tocar no assunto” não gere “paixão”, é preciso que o afetado pelas fofocas verbalize primeiro. Nesse caso, a fala tanto não provoca quanto não demonstra os ânimos de quem enuncia; ao menos, não os ânimos escusos.

No que tange às situações de “desentendimento”, principalmente ao saber vivê-las, destaca-se também um saber reconhecer a origem dos conflitos. Menos interessadas em elencar um culpado para excluí-lo do seu círculo de relações, as moradoras se preocupavam em conhecer quem começou a fofoca. Esse mapeamento também é parte da disciplina imposta a si e à relação com os outros quando o que está em questão é um “desentendimento”. Ninguém quer proximidade com um fofoqueiro, mas manter-se muito distante, a ponto de ignorá-lo, tampouco é atitude inteligente. Afinal, dificilmente o “fazer maldade” será uma prática involuntária, até mesmo porque, tendo em vista que a fofoca é também um meio de comunicação, as pessoas sempre sabem do que acontece. Desse modo, a atitude ingênua em demonstrar desconhecimento ao “tocar no assunto” não é um recurso convincente. Todavia, é possível “tocar no assunto” e não “fazer maldade” principalmente quando aquele que “toca” o faz porque o envolvido no assunto o fez primeiro.

Ameaças familiares

A particularidade desse circuito de “falação” pressupõe a intencionalidade em chegar à casa de alguém para falar de algo cujos efeitos conflituosos são reconhecidos. Desse modo, o “fazer maldade” também pode ser denominado de “coisa feita”. Em outras regiões de Minas Gerais, a expressão “coisa feita” é acionada nos contextos em que se fala sobre as ameaças místicas, a exemplo da feitiçaria. Porto (2007), em seu estudo no Vale do Jequitinhonha, refere-se à correlação entre a intencionalidade de alguém em prejudicar outra pessoa e as consequências dessa intencionalidade. As semelhanças entre o “fazer maldade” e a experiência da feitiçaria, conforme descrita por essa autora, não se limitam ao uso de uma mesma expressão (a “coisa feita”), pois nas duas práticas está em questão a intencionalidade de alguém e os efeitos dessa intencionalidade. Porto (2007) argumenta que o feitiço não se define pelo uso de meios, instrumentos e conhecimentos específicos, e que a intenção provém sempre de alguém distante daquele que é alvo das consequências maléficas. Entre os margeenses, a proximidade também é condição do malfeito e essa efetuação depende do uso que se faz das conversas, algo que se nota ao atentarmos para outras particularidades da circulação das palavras.

Da “coisa feita”, conforme observei entre os margeenses, além de a conversa ser o principal meio de “fazer maldade”, o circuito que corresponde à conversa mais perniciosa pressupõe um conhecimento específico: aquele relacionado ao “tocar no assunto” com quem nele está envolvido. Esse é um saber partilhado pelos moradores da Terceira Margem: as pessoas reconhecem os efeitos de um “tocar no assunto”. Sendo assim, a “coisa feita” dificilmente será protagonizada por alguém distante da vítima, visto que o “tocar no assunto” pressupõe um conhecimento da intimidade da vítima, ou seja, dos acontecimentos que, ao serem comentados, podem deflagrar ânimos capazes de distanciar pessoas.

Há ainda outro aspecto que define o “fazer maldade” como uma prática própria às relações entre próximos. Tal aspecto se apreende de outras peculiaridades: lembramos que o “fazer maldade” ocorre por meio da conversa, principalmente daquela cultivada nas casas uns dos outros. Dado que quem chega a uma casa é sempre alguém muito próximo, o “fazer maldade” é prática mais comum entre parentes e conhecidos. Mas a proximidade entre as pessoas não é fator suficiente para o entendimento da dinâmica do “fazer maldade”, afinal, se o fosse, outras chegadas poderiam ser atribuídas a esse ato. É preciso considerar que a motivação de alguém chegar para tratar de assuntos conflituosos pode também ser percebida como “boa vontade”, a exemplo das menções de Quirina e Idalina à possibilidade de a pessoa chegar à casa de Nenha e contar sobre o “caso” na tentativa de “salvar

um casamento”. Mesmo que seja reconhecida a potencialidade dessas conversas em suscitar os “desentendimentos”, isso não quer dizer que as pessoas não se dediquem a esses assuntos tendo em vista uma predisposição em auxiliar o outro, bem como em buscar auxílio.

O que diferencia o mesmo ato como “boa vontade” ou como atitude movida pelas “paixões” é a observação sobre a trajetória daquele que se faz próximo. Tão importante quanto o circuito pernicioso das conversas é a reputação de quem chega à casa de alguém. Nos dias que antecederam ao “chamar na conversa”, contrariando os próprios hábitos, Maria Alexandrina chegou à casa da tia com uma constância surpreendente. No entanto, sua presença só foi significativa para sua responsabilização no “fazer maldade” porque Maria Alexandrina é reconhecida como “pessoa ruim”. Tal atributo reforça seu papel na criação dos acontecimentos que me distanciaram de alguns moradores na Terceira Margem.

Ao longo dos últimos dias em que permaneci na localidade, quando nos encontrávamos nas ruas, Maria Alexandrina cumprimentava-me ou partilhava comigo algum comentário genérico. Percebendo tais iniciativas, Quirina e Idalina consideravam que eu não deveria repeli-las, tampouco deveria ficar muito próxima de Maria Alexandrina. Aconselhavam-me a responder aos cumprimentos e frequentar a casa de Liduína (a mãe de Maria Alexandrina), sinalizando com essas atitudes o desinteresse em manter o “desentendimento”.

No que concerne às ameaças à vida em comum, os margeenses preocupam-se com o que pode advir do contato com pessoas estranhas. Mas tampouco desconsideram que cada parente e conhecido possa se comportar de modo ainda mais potente no que concerne às ameaças. Assim como há pessoas que observam mais e pessoas que observam menos o “controle” das situações e dos comportamentos propícios aos inconvenientes da vida em comum, há aquelas que sabem fazer uso dessas situações, bem como dos seus comportamentos, a fim de criar esses inconvenientes.

Embora “paixões” e “boa vontade”, assim como seus “lados”, “bom” e “não tão bom”, sejam elementos constitutivos das pessoas, não é essa existência que define a reputação de pessoa “boa” ou “ruim”. Nesse mapeamento das qualidades pessoais, é importante a observação das condutas e dos comportamentos associados a esses afetos que fazem com que a pessoa seja avaliada sob tais condições. Sempre quando se fala de alguém, é mencionando a capacidade que o conhecido tem de ser bom e de ser ruim em vários momentos de sua vida. Qualquer um está suscetível a ser “boa pessoa” ou “pessoa ruim”, assim como é possível, mesmo tendo vivido um longo período da vida “no descontrole”, transformar-se em “boa pessoa”. As variações observadas no comportamento de

uma pessoa ao longo da vida são pensadas como consequências de um processo que muitos identificam com as contingências que cada um experimenta durante sua trajetória: seus sofrimentos e suas alegrias, cuja repercussão pode ser analisada diretamente sobre as relações com conhecidos e parentes. É como me diziam sobre uma de minhas anfitriãs, Quirina, quando mencionavam que eu tinha a sorte de não ter conhecido a “Quirina difícil”. De acordo com sua prima, “essa daí não cumprimentava ninguém, vivia brigando com a nora, a mulher do filho mais novo. Mas foi ficando velha, parece que se controlou, é mulher que reza bastante e já sofreu por demais na roça. Hoje, Quirina é pessoa das mais boas”.

Mais do dito quando dito

Maria Alexandrina não era um exemplo de “boa pessoa”, diziam minhas conhecidas. Pelo contrário: brigas e afastamentos cultivados em relação a sua irmã mais nova, mexericos difundidos pelas ruas e casas da localidade, ambição cultivada em sua relação com os técnicos da Emater e com os políticos que a procuravam para ajudá-los em suas campanhas foram os principais fatores assinalados pelas mulheres para tentar me convencer de que aquela minha conhecida não era das mais confiáveis. O fato de ser mulher dedicada à igreja não diminuía em nada sua má reputação, pelo contrário, parecia mais um elemento de destaque no histórico de atitudes malfazejas: “pra que tanta reza se só faz o mal? Nem reza muda aquela lá”, diziam-me. A reputação de Maria Alexandrina atestava não apenas a carência de domínio dos seus afetos mais perniciosos, mas também habilidade em fazer uso desses afetos para alcançar certos fins. Embora sejam reputados como “pessoas ruins”, esses moradores demonstram capacidades tão peculiares que provocam não apenas críticas, mas também espanto e, porque não, admiração e “inveja”.

“Maria Alexandrina é capaz de enganar até os políticos”, disse-me Quirina. Falou sobre as vezes em que, “trabalhando a política” para Zica (extensionista da Emater que havia se candidatado ao cargo de vereadora em campanhas passadas), Maria Alexandrina não escondia dos outros moradores que seu voto não era da candidata, mas sim de outro candidato à vereança, que concorria pela mesma sigla de Zica. Apesar de falar abertamente sobre suas opções políticas, as quais contrariavam os apoios que explicitava durante as campanhas eleitorais, Maria Alexandrina mantinha relações próximas e era procurada pelos políticos na localidade. Quirina e Idalina reconheciam que essas habilidades de transitar pelo universo dos políticos, e até mesmo “enganá-los”, permitiam a Maria Alexandrina o usufruto dessas presenças e dos bens que elas traziam à comunidade. Como exemplo, citavam a procura dos candidatos à casa de Maria Alexandrina e o fato

de Zica muitas vezes designá-la como mediadora entre a comunidade e a Emater, conferindo-lhe a função de representante da localidade.

Dias após me relatarem esses acontecimentos, Quirina e Idalina questionaram se eu tinha comentado com as pessoas da cidade algo sobre o “desentendimento” vivenciado na Terceira Margem. Calculei que esperavam de mim uma resposta negativa, por isso disse que não. Desapontadas, as moradoras incentivaram-me a contar para Zica. Argumentavam que essa seria uma forma de Zica não mais frequentar apenas a casa de Maria Alexandrina e passar a chegar às casas dos outros moradores.

O fato causou-me espanto naquele momento, pois a atitude de minhas conhecidas parecia muito similar ao que elas me diziam sobre a “inveja” e outras propensões atraentes às “pessoas ruins”. No entanto, tal espanto se dissipou tão logo prestei atenção nas outras situações muito peculiares àquele contexto, com destaque para as versões que as próprias mulheres davam às causas do “desentendimento” entre Nenha e mim. Em diversos momentos, uma ou outra diziam: “onde já se viu falarem de você ter um caso com Seu Domingos? Isso é coisa de gente que não tem cabeça”. Tais opiniões sinalizavam que elas não admitiam que o caso tivesse ocorrido. No entanto, muitas vezes essas menções pareciam ter mais o efeito retórico de expurgar o desentendimento, a falação e suas causas do que necessariamente de expressar preocupação com o que de fato acontecera entre Seu Domingos e mim. Esse ponto de vista tornou-se explícito já nas primeiras conversas sobre como viver aquele “desentendimento”, quando Quirina me disse que a “tentação” era coisa que estava no mundo e que mulheres e homens poderiam sucumbir aos seus efeitos: ora, ela mesma já tinha feito uso de rezas e bênçãos para se precaver das investidas de um vizinho. Apesar de casada, Quirina sabia que poderia “perder a cabeça”, sucumbir a suas “paixões” e se comportar de modo pouco afeito ao que se espera de uma mãe de família.

Essas coisas acontecem, o mundo anda cheio das “tentações”, da “maldade do povo” e de outros perigos, e as pessoas são frágeis demais para permanecerem atentas o tempo todo, afinal, cada um traz em si as forças que, disseminadas no mundo, podem fazê-las sofrer. Ninguém é sempre “controlado”, mas isso não significa que essa disposição possa ser esquecida. Com esses ensinamentos e tantos outros, as mulheres sugeriam-me que, mais importante do que o que tinha acontecido entre Seu Domingos e mim, era o caminho que a vida tomaria dali pra frente, após Nenha anunciar o que chegou aos seus ouvidos. Daí sim: “é preciso ser controlado!” Mas o “controle” tampouco recria um mundo supostamente vivido em equilíbrio e harmonia antes de as coisas se atualizarem como “descontroladas”: como modalidade de relação, sua eficácia está em tentar dar certa ordem ao caos,

mas este sempre escapa às ordenações mais almejadas. Sendo assim, é preciso saber viver o que se apresenta à existência. Embora frequentando a casa de Liduína, não me reproximei de sua filha, Maria Alexandrina. Tampouco pude voltar a me relacionar com Nenha e sua filha. De Seu Domingos, também me afastei. Nenha não mais conversou com Quirina, sua conhecida desde a infância, demonstrando assim que nossas medidas não foram suficientes para evitar o rompimento entre essas moradoras: meu “desentendimento” não deixou de contaminar outros vínculos, trazendo distanciamentos e rancores. Com Idalina, Nenha dosou o intervalo das distâncias e atualmente já troca dois dedos de prosa.

Fica o dito pelo escrito

Permaneci na Terceira Margem até o final do período que tinha me proposto. Uma tentativa de retorno às visitas aconteceu em setembro de 2012, momento no qual a filha mais velha de Quirina iria se casar. Recebido o convite, vieram à tona os acontecimentos que vivemos na Terceira Margem e, num certo sentido, colocaram mais lenha numa fogueira cujas chamas se inflamavam na cadência da convivência. Pois o convite não viera sem a ressalva: Leocádia prontificou-se a ir até a Terceira Margem verificar entre seus conhecidos se meu retorno ocorreria em boa hora. O convite dirigido a mim não consistiria numa provocação de Quirina a Nenha? Isso me foi dito por Leocádia, tentando se antecipar ao que os outros moradores poderiam pensar do convite feito por Quirina e da presença dessa convidada. Outro motivo para o reencontro era levar a tese de doutorado para elas conhecerem, texto que foi lido apenas por Leocádia. Mas será que minhas outras conhecidas queriam ver escrito tudo o que me fora dito de forma tão contida, cuidadosa, quase em segredo? Não aprendi que deveria ter cuidado com as palavras?

A prosa seguiu seu rumo flutuante: entre as mulheres que discutiram minha presença entre eles novamente, entre elas e mim sobre o efeito das palavras escritas. Este texto registra o entendimento que faço do caso contado e do que foi vivido durante um período do trabalho de campo nessa comunidade, numa tentativa que, em si mesma, é limitada. Pois o dito parece ter algo que excede o escrito, foi o que me sugeriu Quirina quando lhe contei sobre o que versava a tese. Ouvindo o relato hesitante e preocupado, numa fala que tentava expressar não só os acontecimentos que descrevi, mas também minha preocupação em descrevê-los, Quirina recebeu o calhamaço de papel de minhas mãos. Não precisou ler para me aconselhar tranquilidade: “o que você escreveu é só história que o povo conta”. A frase de Quirina surgiu aos meus ouvidos carregada de outros efeitos: tão novos quanto a visita que fazia após um ano de despedida. Por enquanto,

desse momento de reencontro fica apenas a ideia de que as palavras escritas não tomam os mesmos rumos daquelas que são ditas.

Recebido em 29/01/2014

Aprovado em 21/05/2014

Graziele Dainese é antropóloga, formada em ciências sociais pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), mestra em antropologia social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e doutora em antropologia social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente, faz pós-doutorado nessa mesma instituição. Publicou trabalhos na área da antropologia da política, tratando de temas referentes aos movimentos sociais e estudos sobre a política vivida em comunidades rurais. Suas principais áreas de interesse de pesquisa seguem os estudos de antropologia da política, com ênfase sobre conflito, formas de participação e mobilização e modos de pertencimento. Mora na cidade do Rio de Janeiro. Contato: grazidainese@hotmail.com.

Notas

* Uma versão deste texto foi apresentada no seminário *Giros etnográficos em Minas Gerais: casa, conflito, comida, prosa, política, festa e o diabo*, realizado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro em agosto de 2012. Tal versão será publicada na coletânea dos textos apresentados na ocasião (Comerford, Carneiro & Dainese, no prelo). Este texto é baseado em pesquisa de campo, cujo principal resultado foi minha tese de doutorado, defendida em novembro de 2011, no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional (Dainese, 2011). Realizada de maio a julho de 2008 e de abril a outubro de 2009, a pesquisa de campo se concentrou no município de Santa Abadia do Pradinho (região Alto do Paranaíba, estado de Minas Gerais), principalmente em uma de suas localidades rurais, a Terceira Margem. Todos os nomes aqui mencionados tanto de pessoas quanto de lugares (à exceção da denominação regional e do estado da Federação) são fictícios.

1. [...] Fofoca serve para informar sobre a reputação dos moradores de um local, consolidando ou prejudicando sua imagem pública [...]. Atacar, pela fofoca, os atributos de um ou de outro é atentar contra o que há de mais íntimo no indivíduo, a imagem que ele faz de si” (Fonseca, 2004:29). “The prestige of an individual, or a family, is constantly evaluated in the community through gossip about personality and events. To be gossiped about is in most cases to be criticized adversely [...]” (Campbell, 1964:312). A referência ao trabalho de Cláudia Fonseca importa aqui também pelas conexões que ela estabelece entre uso da palavra, gênero e gestão das relações. Dados os limites deste artigo, a comparação mais profícua com esse e outros trabalhos que pensam esse tema, bem como uma descrição mais atenta aos problemas de gênero colocados por essa experiência etnográfica, serão alvo de investimentos futuros.

Referências bibliográficas

- CAMPBELL, John K. 1964. *Honour, family and patronage*. Oxford: Oxford University Press.
- CARNEIRO, Ana. 2010. *O “povo” parente dos Buracos: mexida de prosa e cozinha no cerrado mineiro*. Tese de Doutorado, Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- COMERFORD, John; CARNEIRO, Ana & DAINENSE, Grazielle (orgs.). *Giros etnográficos em Minas Gerais: casa, conflito, comida, prosa, política, festa e o diabo*. Rio de Janeiro: Sete Letras. No prelo.
- DAINENSE, Grazielle. 2011. *Chegar ao cerrado mineiro: hospitalidade, política e paixões*. Tese de Doutorado, Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- ELIAS, Norbert & SCOTSON, John. 2000. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Publicado originalmente em 1994.
- FAVRET-SAADA, Jeanne. 1977. *Les mots, la mort, les sorts*. Paris: Gallimard.
- FONSECA, Claudia. 2004. *Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares*. Porto Alegre: Editora da UFRGS. Publicado originalmente em 2000.
- LATOUR, Bruno. 2002. *Reflexão sobre o culto moderno dos deuses fe(i)riches*. Bauru: EDUSC.
- PORTE, Liliana. 2007. *A ameaça do outro: magia e religiosidade no Vale do Jequitinhonha (MG)*. São Paulo: Attar.

REDFIELD, Robert. 1964. *O mundo primitivo e suas transformações*. Rio de Janeiro: USAID. Publicado originalmente em 1953.

WAGLEY, Charles. 1997. *Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos trópicos*. São Paulo: Nacional; Brasília: INL.

Resumo

Baseado nas condições que possibilitaram minha convivência entre os moradores da comunidade Terceira Margem, este artigo parte da narração de um incidente que colocou em outros termos minhas relações nessa localidade. Dessas relações, destaco a aproximação de três mulheres que, com conselhos e orientações, ajudaram-me na vivência daquele acontecimento. Fundamentais para a continuidade da minha presença entre os moradores, esses conselhos e orientações tornaram-se importantes também para a análise do modo de vida local, na medida em que, aconselhando, essas mulheres me falavam sobre seus próximos e sobre como essas relações se efetuavam. À luz das atitudes e dos comportamentos que elas e eu observamos nos dias subsequentes ao incidente, apresento uma etnografia dessas relações, tendo como foco a “prosa” e outras práticas centradas no uso das palavras.

Palavras-chave: desentendimento; prosa; maldade; proximidade; distância.

Abstract

Based on the conditions that enabled my acquaintanceship with the residents of the Terceira Margem community (Minas Gerais state), this paper narrates an incident which changed my relationships in the locality. Among these relationships, I highlight the approximation of three women who helped me to experience that event by providing me with advice. Such pieces of advice, which were fundamental to the continuation of my presence among the residents, also became essential to the analysis of the local way of life, as these women spoke to me about their close relationships and about how these relations worked. In light of the attitudes and behaviors that the women and I observed in the days following the incident, I present an ethnography of these relationships focusing on the ‘prose’ and other practices based on the use of words.

Key-words: disagreements; prose; evil; proximity; distance.